

# Revolução incompleta

Economia

Brasil

**Q**uando se faz uma revolução, é preciso mudar as leis, disse o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. No Brasil, a baixa da inflação, com o real, teve o impacto de uma revolução, mas pouco se mexeu nas regras. Em parte isso explica, segundo o governador, a crise dos Estados. A inflação que solapava a economia de

um lado, atormentando principalmente quem tinha menor influência na formação de preços, acabava ajudando quem tinha algum poder. "Em 1994, antes do real, só no primeiro semestre o governo do Distrito Federal obteve US\$ 300 milhões na ciranda financeira, para um gasto, no ano todo, de pouco mais de US\$ 2 bilhões", contou. O argumento vale tanto para o problema de Estados e municípios quanto para o caso da União. A arrecadação pública estava razoavelmente protegida contra a inflação. A correção monetária mantinha o valor mais ou menos atualizado, em caso de demora. Além disso, o governo federal podia obter ganhos extraordinários com o Imposto de Renda, ao longo do ano, deixando de corrigir a tabela de incidência. Também havia vantagens na despesa. "Atrasando em cinco dias o salário do funcionalismo, você conseguia dinheiro para fechar a folha", lembrou o governador. De certa forma, o Brasil conseguiu inverter o famoso efeito Tanzi, batizado com o nome de Vito Tanzi, economista do Fundo Monetário Internacional: ao invés de perder com a erosão da receita, o Tesouro passou a ganhar com a depreciação da despesa, retardando pagamentos.

Com essas e outras distorções, o setor público suportou

**As leis não acompanharam a mudança trazida pelo real. Isso explica parte dos problemas fiscais**

uma porção de encargos legais, alguns criados pela Constituição, dificilmente sustentáveis noutra circunstância. Entre esses encargos, a estabilidade do funcionalismo, o efeito amplificador da isonomia salarial e o aumento de vinculações, assim como dos benefícios previdenciários, foram alguns dos mais pesados para o governo da União. Governadores e prefeitos ainda tinham a vantagem, não mencionada por Cristovam Buarque, de maiores transferências federais e ampliação da base tributária.

Os comentários do governador são bons argumentos a favor da reforma administrativa, em todos os níveis. Servem, também, para mostrar a conveniência de mudanças nas práticas judiciais. Governadores têm sido pressionados para pagar débitos muitas vezes contestáveis com bons argumentos. Em alguns casos, o setor público tem sido transformado de credor em devedor, por surpreendentes decisões de juízes. Mas isso é só parte da história.

Se muitos governos encontram dificuldade, hoje, para enquadrar os gastos com pessoal nos limites da Lei Camastra, isso não se deve só a exigências legais irrealistas. Deve-se também a uma política irresponsável de pessoal. Além disso, os bancos públicos foram usados como instrumentos eleitorais e os governos se endividaram em excesso. Também por isso o ajuste fica mais difícil.

Adaptar as leis a um regime de inflação baixa é indispensável. Fazer leis para jogar o custo do ajuste sobre o governo federal, como estão pedindo os governadores, pode ser uma forma esperta, mas inteiramente injustificável, de fugir do problema.

25 OUT 1996